



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Secretaria Geral Parlamentar
Secretaria de Documentação
Equipe de Documentação do Legislativo

PARECER Nº 424/2017 DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 361/2016.

Trata-se de projeto de lei de autoria do nobre Vereador Eliseu Gabriel, que institui a Semana Municipal de Aprendizagem do Jogo de Xadrez no Município de São Paulo e dá outras providências.

De acordo com a propositura, a Semana Municipal do Jogo de Xadrez consistirá em um conjunto de ações visando estimular, promover e divulgar amplamente a prática do jogo de xadrez junto a escolas públicas municipais e privadas, bem como junto às instituições de longa permanência de idosos.

Para a consecução dos objetivos da propositura, o Poder Executivo Municipal poderá firmar convênios com clubes, associações e federações de xadrez, buscar apoio junto à iniciativa privada, firmar convênios com organizações não governamentais, realizar campanha de divulgação dos benefícios da prática do jogo de xadrez e promover competições oficiais com a participação dos alunos da rede pública e particular de ensino.

Em sua justificativa, o Autor argumenta que "pesquisas revelam a importância que tem o jogo de xadrez como ferramenta pedagógica capaz de ajudar o desenvolvimento do aluno em vários aspectos, como raciocínio rápido, concentração, resolução de problemas, imaginação e criatividade".

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa manifestou-se pela LEGALIDADE, apresentando SUBSTITUTIVO ao projeto de lei "a fim de adequar o texto aos limites da competência legislativa desta Casa, evitando que incida em inconstitucionalidade por violação ao princípio da independência e harmonia entre os Poderes".

Não há um consenso sobre a origem do jogo de xadrez, mas o mais provável é que tenha se originado na Índia por volta do século VI d.C. Era conhecido como "o jogo do exército" ou "Chaturanga" e podia ser jogado com dois ou mais jogadores. Graças às viagens dos mercadores e dos comerciantes o jogo se espalhou para leste (China) e oeste (Pérsia). Mais adiante os árabes estudaram profundamente o jogo e se deram conta que ele estava bastante relacionado com a matemática, escreveram vários tratados sobre isto e aparentemente foram os primeiros a formalizar e escrever suas regras. (fonte: Clube de Xadrez. História do xadrez. Disponível em: <http://www.clubedexadrez.com.br/portal/cxtoledo/hist_xadrez.html>. Consultado em: 05/04/2017).

O ensino e aprendizagem do Xadrez no meio escolar é uma atividade que proporciona lazer e dá a possibilidade de valorizar o raciocínio através de um exercício lúdico [...]. A prática do Xadrez nas escolas apresenta claramente o progresso dos seguintes aspectos: desenvolvimento de capacidades cognitivas, sociais, afetivas, e morais dos estudantes; desenvolvimento profissional dos professores e envolvimento no trabalho; e, inclusão social.

A atividade enxadrística realizada no contexto educacional permite trabalhar a melhoria da autoestima dos estudantes, visto que a sua iniciação não requer pré-requisitos (características físicas, sociais, etc.) e é acessível aos estudantes situados em qualquer altura da grade escolar. No ambiente escolar as atividades podem ser planejadas por séries, permitindo igual envolvimento dos estudantes, mesmo que apresentem dificuldades ou defasagem de aprendizagem em disciplinas curriculares, podendo servir como elemento motivador para a superação das mesmas. (fonte: Administradores.com. Benefícios da prática

do xadrez. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/beneficios-da-pratica-do-xadrez/31928/>>. Consultado em: 05/04/2017).

Tendo em vista o exposto acima, quanto ao mérito, a Comissão de Administração Pública é FAVORÁVEL ao projeto de lei, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Administração Pública, 03 de maio de 2017.

Toninho Paiva - (PR) - Presidente

Gilson Barreto - (PSDB) - Vice-Presidente

Fernando Holiday - (Democratas) - Relator

Alfredinho - (PT)

Antonio Donato - (PT)

André Santos - (PRB)

Quito Formiga - (PSDB)

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da Cidade em 04/05/2017, p. 113

Para informações sobre o projeto referente a este documento, visite o site www.camara.sp.gov.br.